

CIDADES INVISÍVEIS: PARA UMA CRÍTICA DO CONCEITO DE *POLIS*

Fábio Augusto Morales Soares*

RESUMO: Este trabalho tem dois objetivos: realizar um levantamento e uma crítica dos modelos de interação entre a polis e os estrangeiros residentes formulados pelos historiadores da antiguidade nos séculos XIX e XX, e analisar algumas indicações que poderiam superar as insuficiências teóricas destes modelos.

PALAVRAS-CHAVE: Polis, Atenas, Metecos, Historiografia.

INVISIBLE CITIES: TOWARDS A CRITIQUE OF THE CONCEPT OF *POLIS*

ABSTRACT: This paper has two aims: to realize a survey and a critique of the models of interaction between the polis and the resident aliens which were formulated by Ancient historians in XIX and XX centuries, and to analyze some indications which could overcome the theoretical insufficiencies of that models.

KEYWORDS: Polis, Athens, Metics, Historiography.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

Este texto faz parte da pesquisa intitulada "A democracia ateniense pelo avesso: metoikoi, identidade e cotidiano em Lísias", que será finalizada no primeiro semestre de 2009. Contato: fabiomorales@usp.br.

1. Formas e modelos: "História da Grécia" e "História dos cidadãos"

– De agora em diante, começarei a descrever as cidades – dissera Khan. – Nas suas viagens, você verificará se elas existem.

Mas as cidades visitadas por Marco Polo eram sempre diferentes das imaginadas pelo imperador.

– Entretanto, construí na minha mente um modelo de cidade do qual extrair todas as cidades possíveis – disse Kublai. – Ele contém tudo o que vai de acordo com as normas. Uma vez que as cidades que existem se afastam da norma em diferentes graus, basta prever as exceções à regra e calcular as combinações mais prováveis.

– Eu também imaginei um modelo de cidade do qual extraio todas as outras – respondeu Marco. – É uma cidade feita só de exceções, impedimentos, contradições, incongruências, contra-sensos. Se uma cidade assim é o que há de mais improvável, diminuindo o número dos elementos anormais aumenta a probabilidade de que a cidade realmente exista. Portanto, basta subtrair as exceções ao meu modelo e em qualquer direção que eu vá sempre me encontrarei diante de uma cidade que, apesar de sempre por causa das exceções, existe. Mas não posso conduzir a minha operação além de um certo limite:

obteria cidade verossímeis demais para serem verdadeiras.

(Ítalo Calvino, *Cidades Invisíveis*, p. 69)

A ênfase na categoria de “polis”, traduzida como “cidade” ou “cidade-estado”¹, tem sido uma constante na “História da Grécia”, enquanto disciplina científica, desde a segunda metade do século XIX e em todo o século XX, a ponto de a “história grega” ser associada quase que exclusivamente a uma “história das poleis gregas”. Mas o que significa, na historiografia moderna, o termo polis? As respostas são variadas: uma cidade de consumidores (com ou sem a separação campo-cidade), uma comunidade sagrada, uma instituição estatal, uma experiência existencial, uma sociedade liberal, uma vila escravista, uma união de aldeias etc. No entanto, existem semelhanças entre os vários “modelos de polis” elaborados pela historiografia dos séculos XIX e XX: em primeiro lugar, o não questionamento da forma “História da Grécia” ou da “História Antiga”, ou ao menos uma ausência do enfrentamento teórico de suas contradições; em segundo lugar, a identificação da polis com a comunidade de cidadãos, os polites, que são definidos de modo estático: homens, adultos, livres e filhos de pais atenienses. Vejamos estas duas semelhanças com mais detalhe.

A “História da Grécia”, um dos elementos da tripartição da “História Antiga” (junto com o “Oriente Próximo” e “Roma”), confere coerência a um grande corpo documental oriundo tanto da tradição literária clássica quanto das pesquisas arqueológicas, constituindo-se naquilo que N. Guarinello define como “forma”, um conjunto de generalizações ou contextos que fundamentam o “jogo interpretativo entre certos modelos e teorias e certos documentos” (Guarinello, 2003, p. 45). Entretanto, a forma “História da Grécia” não é livre de contradições, fundadas tanto na diversidade dos documentos quanto nas questões específicas do tempo e do espaço dos historiadores que a formularam e a reproduzem. A questão da unidade da forma deixa de ser um pressuposto, para tornar-se um problema:

O que dá unidade à história grega? Não é uma história de um país específico ou de um território, já que “gregos se espalharam por toda bacia do Mediterrâneo e além”. Seria um idioma comum, ou uma cultura comum, ou uma religião compartilhada? Mas, recentes estudos mostram que a formação de uma identidade grega foi um longo processo, que assumiu diferentes sentidos ao longo dos séculos. Nunca correspondeu a uma sociedade uniforme, a uma mesma cultura ou a um Estado unificado. Além disso, nunca se tornou uma identidade precisa. Atenas e Esparta, para citar os exemplos clássicos, eram ambas cidades gregas, mas social e culturalmente muito diferentes. E o que dizer sobre os tessálios, os epirotas, os arcádios, os macedônios, os gregos do Mar Negro, os gregos sob o Império Romano? De que trata uma História da Grécia Antiga? Qual é seu objeto específico, no espaço e no tempo? Quais são os parâmetros para se definir uma História da Grécia?

Esta forma, na prática e tal como empregada cotidianamente, reúne alguns parâmetros vagamente culturais a um parâmetro político que é claramente dominante. O que é denominado História da Grécia normalmente é apenas a História de algumas cidades-estados enquanto permaneceram independentes. Uma História que começa com Homero e vai até Alexandre ou, quando muito, até a conquista romana. Em livros didáticos e manuais, tende a ser essencialmente uma História de Atenas e Esparta, precisamente as duas cidades menos típicas que poderíamos pensar como fazendo parte do mundo grego. (Guarinello, 2003, p. 53).

Muitos estudos têm contribuído para a crítica da História da Grécia restrita às polis, especialmente os relacionados à formação da identidade grega e às formas de sociedade diferentes da polis aristotélica, como tribos, confederações e polis dependentes²; além disso, algumas propostas de superação da “forma” História da Grécia têm surgido, fundadas seja na idéia de uma História das “Culturas de Cidade-Estado” (Hansen, 2000), que uniria desde cidades mesopotâmicas até gregas e mexicanas na mesma forma, seja em uma História do Mediterrâneo, cuja unidade conceitual estaria no plano sócio-

1. As traduções em inglês, francês e italiano ultrapassam a ambigüidade do termo “cidade” em português, marcando uma oposição entre o aspecto político-institucional e o aspecto espacial e urbano da cidade: em inglês, city se opõe a town, em francês cité a ville, em italiano città a villa (Hansen, 1998, p. 15).

2. Uma obra fundamental neste sentido é a *Alternatives to Athens: varieties of political organization and Community in Ancient Greece*, organizada por R. Brock e S. Hodkinson (2000). Também importantes são os artigos publicados nas coletâneas do Copenhagen Polis Centre, entre os quais Demand (1996), Roy (1996) e Hansen (1995 e 1997b), além do estudo sobre a identidade étnica grega de J. Hall (2000).

ecológico (Horden & Purcell, 2000) ou em processos de integração (Guarinello, 2003, p. 58). De todo modo, a forma “História da Grécia” como história das *poleis* (e somente de duas delas) tem perdido cada vez mais seus fundamentos conceituais.

Quanto à segunda semelhança entre os vários modelos de história da *polis* “grega” (agora já restrita à “exceção típica”, Atenas), a saber, a identificação *polis*-comunidade de cidadãos, observa-se o apagamento da história dos não-cidadãos que habitavam a *polis* (mulheres, estrangeiros residentes e escravos): se nos manuais os não-cidadãos ocupam apenas os parágrafos finais dos capítulos referentes à sociedade ou população ateniense, na historiografia especializada os não-cidadãos são “excluídos” da História da *polis* de acordo com a variação das teorias e modelos que informam as pesquisas. O presente estudo busca realizar uma crítica da identificação *polis*-cidadãos e apresentar uma proposta para um conceito de *polis* que dê conta das relações sociais entre os habitantes da *polis*, cidadãos e não-cidadãos. Para isso, inicialmente, serão analisados os principais modelos de *polis* elaborados no final do século XIX e no século XX, além de um levantamento crítico das propostas alternativas a tais modelos; o foco da análise será a questão da exclusão/inclusão dos não-cidadãos dentro tanto da *polis* ateniense quanto da “História” da *polis* ateniense.

Os modelos propostos não correspondem sempre a projetos conscientes dos autores agrupados: trata-se, muito mais, de elementos característicos em cada obra que permitem a identificação de certas semelhanças, sem que necessariamente tenham existido ligações intelectuais ou nacionais entre os autores. Além disso, é uma tentativa de superar as dicotomias econômicas entre primitivistas e modernistas (Will, 1954; Manville, 1994) ou sociológicas entre durkheimianos e weberianos (Murray, 1991), posto que a multiplicidade da historiografia vai além destas oposições. Os critérios adotados para a definição dos modelos serão especialmente a lógica de apresentação da história da *polis* e quais

aspectos são enfatizados e quais são negligenciados como núcleos explicativos, de acordo com as teorias que os informam; elementos secundários de certos modelos podem estar presentes em outros, mas o esforço se concentrará em definir o elemento determinante em cada modelo.

Serão aqui propostos seis modelos de *polis*, ou seguindo a tradição, seis modelos de “cidade”, pelos quais a historiografia pensou a questão dos metecos atenienses, analisados a partir das obras de seus principais autores: a cidade religiosa de Fustel de Coulanges e F. de Polignac; a cidade consumidora-estamental de M. Weber e M. Finley; a cidade moderna de E. Meyer, M. Rostovtzeff, E. Cohen e K. Vlassopoulos; a cidade de classes de S. Utchenko, G. de Ste. Croix e E. Wood; a cidade institucional de G. Glotz e M. Hansen; e a cidade filosófica-existencial de J.-P. Vernant e Ch. Meier.

2. Seis modelos de *polis*

a) A cidade religiosa

Neste modelo, a religião é núcleo do esquema explicativo: a *polis* é acima de tudo uma comunidade de culto. O fundador do modelo é Fustel de Coulanges, que, na sua clássica *A Cidade Antiga*, de 1863, se inseria nos debates sociais e políticos do XIX afirmando que, diferentemente dos modernos (cuja sociedade se fundava no trabalho e na liberdade individual), entre os antigos a propriedade privada tinha origem no culto familiar e a liberdade individual era suprimida diante da onipotência do Estado. O modelo ganhou novo impulso com o estudo do também historiador francês F. de Polignac *La naissance de la cité grecque*, de 1984, que, inserido na revolução epistemológica que ocorria no campo da arqueologia, analisa o nascimento da *polis* por meio da instituição de santuários rurais e urbanos e cultos específicos, que, representando os limites entre natureza/cultura e eu/outro, realizariam a definição do território e a identidade cívica da *polis*.

Qual seria o lugar do estrangeiro residente na cidade religiosa? Se a cidade é o espaço

sagrado dos cidadãos, ao estrangeiro cabe o papel de sacrílego. Na obra de F. de Polignac, o estrangeiro residente aparece somente com a colonização, na forma de população conquistada: os sujeitos históricos são os fundadores, da cidade e dos cultos; os não-cidadãos são meros objetos diante da ação colonizadora, aparecendo na forma de trabalhadores submetidos ou esposas dos colonos.

Mas fica a questão: como interpretar a inserção de cultos propriamente estrangeiros na *polis*, ou mesmo a permissão aos metecos de participarem de determinados cultos cívicos? (Clerc 1893). Segundo o modelo, seria absurdo. De todo modo, sendo a religião cívica o núcleo da definição da cidade, e na medida em que o estrangeiro estava excluído do culto cívico, ele também estará excluído da narrativa historiográfica.

b) Cidade consumidora-estamental

Este modelo de cidade deriva da abordagem primitivista-substantivista da economia antiga (Carvalho 2007), que enfatiza as diferenças entre a economia antiga e a moderna. As origens desta abordagem estão nas análises dos economistas alemães Karl Rodbertus e Karl Bücher, que caracterizavam, no final do século XIX, a economia antiga como “economia do *oikos*” (Rodbertus) e “economia doméstica fechada” (Bücher): a ausência de comércio e de trabalho livre seriam suas principais características. Contra esta leitura da economia antiga, se levantaram alguns historiadores, como o alemão E. Meyer, dando início à oposição primitivistas/modernistas (Will 1954): enquanto modernistas (cujo modelo, a “cidade industrial-financeira”, será analisado a seguir) defendiam que, em determinados períodos, as sociedades da Antiguidade apresentaram formações econômicas próximas das modernas (ou seja, economia industrial europeia do final do século XIX e início do XX), os “primitivistas” argumentavam que existia uma diferença fundamental entre as sociedades antigas e modernas, a saber, que nas sociedades antigas a economia não havia se desenvolvido

livremente (ou seja, tornando-se autônoma em relação ao conjunto da sociedade) como nas sociedades modernas, o que impediria, conseqüentemente, a caracterização das sociedades antigas como “capitalistas” ou das cidades antigas como “pólos produtores”.

Entre os autores mais representativos do modelo primitivista estão o sociólogo alemão M. Weber, especialmente em seu texto *Tipologia das Cidades*, escrito entre 1911 e 1913 e incluído na coletânea póstuma *Economia e Sociedade* (1999), e o historiador estadunidense M. Finley, em sua obra *A Economia Antiga* (1986), publicada originalmente em 1973. Inserido na própria constituição científica da sociologia, M. Weber, em texto marcado pelo monumental esforço de construção de tipos ideais de cidade (a cidade consumidora, produtora, camponesa, comercial, oriental, árabe, ocidental-antiga, ocidental-medieval etc.), caracterizava a cidade antiga, entre outros elementos, pela ausência de um capitalismo livre e economicamente racional, pois reinava um capitalismo politicamente orientado tanto devido à centralidade da guerra, quanto ao caráter de consumidores dos cidadãos que eram, em si mesmos, proprietários de terra com residência urbana, além da importância social da organização estamental, limitando alguns ofícios para certos estamentos. M. Finley radicaliza a idéia weberiana de “cidade de consumidores” e afirma que devido à ausência de mercados (de trabalho, de exportação, de moeda, de investimentos) e de uma mentalidade aquisitiva por parte das elites, não é possível nem falar em uma “economia antiga”; mais importante do que a posição do indivíduo na estrutura produtiva da sociedade (que, segundo Finley, definiam as classes), era a posição do indivíduo no “espectro de status”, que associava prestígio pessoal, ofícios e ordens sociais.

Como os metecos atenienses se inserem neste modelo? Eles são os *homo oeconomicus* que os cidadãos, por questões estamentais e de prestígio, não poderiam ser. Desta maneira, o modelo da cidade consumidora-estamental reduz a subjetividade histórica dos metecos à atividade

econômica que os cidadãos não querem (ou não podem) exercer. Mas como se inserem os metecos no espectro de status finleyniano? Não compartilhariam os metecos de Atenas da ideologia anti-econômica da elite; ou seriam eles portadores de uma racionalidade econômica *avant la lettre*? Ou ainda: quais são as possibilidades de uma ação econômica independente de interferência de estamento ou status, num contexto no qual a economia não se tornou autônoma em relação à sociedade? Ora, a explicação se restringe à visão cívica sobre os metecos (condenação moral, não-econômica), mas não se questiona sobre a natureza econômica da cidade a partir do ponto de vista dos metecos.

c) Cidade moderna

Este modelo é o núcleo da explicação “modernista” ou “modernizante” acima citada. Este modelo tende a explicar as transformações históricas em termos de motivações econômicas e comerciais, enfatizando nas análises as atividades produtivas da *polis* (contra a “cidade consumidora” dos primitivistas) e a articulação de mercados internacionais, atravessados por uma racionalidade econômica. Um de seus principais autores é E. Meyer, em seu *A Evolução Econômica da Antiguidade* (1955), texto marcado pela crítica às análises de Bücher, e que ressalta o desenvolvimento de um mercado mundial a partir do século VII a. C. e a constituição de uma política econômica do Estado ateniense voltada para a formação de um império comercial-marítimo, fundando um regime burguês que aliava industriais, comerciantes, marinheiros, artífices e camponeses. Um dos seguidores das análises de E. Meyer foi o historiador russo M. Rostovtzeff, em seu *História da Grécia* (1973), publicado em 1925, que interpretava a democracia como fruto de uma luta pelo poder econômico e político entre burguesia e proletariado, com a vitória dos últimos e as conseqüentes tentativas de nivelamento não somente das riquezas, como também da inteligência, aos níveis mais baixos do povo –

vale lembrar que o autor emigrou da Rússia revolucionária de 1917. Depois de um longo período de descrédito (ao lado da hegemonia primitivista), o modelo foi retomado recentemente por dois autores: o historiador estadunidense E. Cohen, em seu livro *The Athenian Nation*, de 2000, e pelo historiador grego Kostas Vlassopoulos, em seu livro *Unthinking the Greek Polis*, de 2007. E. Cohen, que, além da polêmica defesa de que Atenas é melhor caracterizada como uma nação (no sentido moderno e no antigo, de *ethnos*), argumenta que a economia ateniense integrava, por meio do mercado de trabalho, os habitantes da cidade independentemente das diferenciações estamentais: daí as análises dos escravos e libertos banqueiros, ou das cidadãs prostitutas; as instituições políticas atenienses aparecem no texto apenas para serem negadas diante da livre iniciativa dos *oikoi*, numa espécie de “neoliberalismo antigo”. K. Vlassopoulos busca uma nova narrativa da História da Grécia, reabilitando o modelo modernista pela via das discussões do “sistema-mundo” de I. Wallerstein (1974) e da “história *no e do Mediterrâneo*” de P. Horden e N. Purcell (2000); ainda que o autor contribua intensamente para o debate, o autor menospreza os aspectos propriamente institucionais das *poleis*, diluindo as relações sociais nos “fluxos” de bens, pessoas e idéias.

Apesar das variações, o modelo incorpora o meteco dentro do contexto da expansão econômica de Atenas, que atraía os estrangeiros não devido às proibições estamentais dos cidadãos ao trabalho, mas sim ao crescimento exagerado da economia. Ora, quanto à questão da inserção dos metecos na sociedade ateniense, pode-se observar que a cidade moderna não é tão diferente da cidade consumidora, seu oposto: enquanto os cidadãos fazem política, os metecos (junto dos escravos) são os atores econômicos – a diferença se situa somente na ideologia dos cidadãos. Ainda que existam referências a uma “proeminência social” dos não-cidadãos, estes são relegados, na análise, ao lugar de instrumentos da política econômica dos cidadãos – a própria centralidade da economia na explicação historiográfica acaba

por excluir uma possível leitura da dimensão subjetiva da sociabilidade dos não-cidadãos.

d) Cidade de classes

O modelo da cidade de classes, de inspiração marxista, tende a enfatizar a pertinência dos conceitos de “classe social” e de “luta de classes” na explicação da história da sociedade ateniense.⁽⁵⁾ Embora K. Marx não tenha escrito nenhuma obra sistemática sobre a história da “cidade antiga” (greco-romana), este tema está presente em diversos momentos da obra marxiana, inserida em contextos variados, da tese de doutorado sobre Demócrito às análises das especificidades da produção mercantil desenvolvida n’*O Capital*. A ausência de uma análise sistemática realizada por Marx, aliada ao projeto de construção de uma ciência do materialismo histórico-dialético, deu impulso para que surgisse um debate sobre a *polis* no interior do marxismo, em suas várias correntes, separadas devido a interpretações divergentes sobre o que seria uma “teoria marxista da História”. No quadro das várias tensões que separam as diversas correntes marxistas, no campo do estudo da Antiguidade a principal divergência é a existência ou não do modo de produção escravista, e sua importância na determinação da estrutura e da luta de classes no mundo antigo. No caso específico ateniense, independentemente se os autores identificam ou não um modo de produção escravista, a luta de classes é centrada em uma luta entre ricos e pobres – exceto em eventos esporádicos (como a fuga dos escravos atenienses durante a Guerra do Peloponeso), a luta (possível) conduzida por escravos é descartada na análise.

Alguns dos principais autores da cidade de classes são: o historiador soviético S. Utchenko, o historiador inglês G. de Ste. Croix, e a historiadora estadunidense E. Wood. Escrevendo na década de 50, S. Utchenko, em seu *Classes e estrutura de classes na sociedade escravagista antiga* (1984) defende que havia duas lutas de classes na antiguidade, uma fundamental (senhor/

escravo), outra acessória (rico/pobre), mas, na democracia ateniense, o desenvolvimento econômico tornava mais complexas as relações entre as classes, com conflitos que se sobrepunham à luta fundamental; infelizmente, o autor não desenvolve este argumento. Em uma das últimas defesas do “escravismo”, G. de Ste. Croix, em seu *The Class Struggle in the Ancient Greek World*, de 1981, propõe que a economia antiga era escravista, pois as classes dominantes (definidas pelo ócio) extraíam seu mais-produto do trabalho escravo, ainda que este fosse insignificante na produção social total; os senhores dominavam o Estado, o que lhes permitia explorar, além dos escravos, os livres pobres – exceto em Atenas, onde a democracia quebrou este monopólio e abriu a luta entre ricos e pobres; quanto aos escravos, o autor afirma que a luta era de mão-única, ou seja, somente de dominação dos senhores. Mais recentemente, E. Wood, em *O trabalho e a democracia antiga e moderna* (2003), texto escrito no final dos anos 1990, critica duramente a “teoria do escravismo antigo” relacionando-a menos com Marx do que com as ideologias elitistas do século XIX, e propõe alternativamente um modelo para a democracia ateniense como resultado da luta entre ricos e pobres pela propriedade politicamente constituída da terra, dando origem a um regime baseado na hegemonia dos cidadãos-camponeses – os escravos ocupariam um papel acessório nestas lutas.

A cidade de classes, diante dos metecos atenienses, encontrou-se perante um dilema: os metecos são uma classe ou um estamento? Sem conseguir definir os metecos como uma classe social distinta, além de não aceitar a validade explicativa do conceito (demasiadamente weberiano) de estamento, os metecos foram em geral deixados de lado na explicação. Assim, mesmo que tenha dado indicações interessantes quando ao estatuto político da propriedade, assim como possíveis contradições sociais expressas na sociabilidade dos metecos, o modelo da cidade de classes não conseguiu incorporar os metecos na análise.

e) Cidade Institucional

Partindo da idéia de que existe uma separação entre sociedade e Estado, o modelo da cidade institucional tende a privilegiar a descrição das instituições políticas da *polis* (natureza, funções), utilizando como base uma história social de seu surgimento e transformações: inspirada na noção aristotélica de *politeia* (entendida como o conjunto, natureza e estrutura dos elementos institucionais da *polis*), a história da *polis* é a história da formação de sua *politeia*. Entre os principais autores do modelo estão G. Glotz e, atualmente, M. Hansen. O primeiro, historiador francês aluno de Fustel de Coulanges e provavelmente um dos historiadores mais influentes da primeira metade do século XX (Trabulsi 2001), em seu *A Cidade Grega* (1980), publicado na França em 1928, discute as contradições entre patriotismo e unificação na Grécia, além de simpatizar claramente com o modelo da democracia (segundo o autor) moderada de Atenas no século V a.C., por oposição ao arcaísmo espartano e ao individualismo ateniense do século IV a.C., debatendo portanto, indiretamente, com o nacionalismo alemão, o liberalismo e o socialismo. O segundo, historiador dinamarquês cuja obra se estende de estudos sobre os tribunais atenienses (1974) a um inventário das centenas de *poleis* gregas (Hansen&Nielsen, 2004), entrou em debates sobre a comparação entre a democracia antiga e moderna, criticando em particular, no mundo pós-Guerra Fria, a naturalização ideológica da democracia liberal como modelo único de democracia (1998); sua principal obra histórica individual, *La démocratie athénienne à l'époque de Démosthène* (1993), segue o padrão da discussão filológica e da descrição institucional.

Ainda que com diferentes discussões, ambos os autores dedicam centenas de páginas à descrição do funcionamento das instituições democráticas atenienses. Se G. Glotz faz uma história social das instituições como harmonização dos conflitos, M. Hansen defende a importância dos arranjos institucionais como modeladores,

inclusive, do modo de vida dos cidadãos. Os metecos atenienses entram no modelo da cidade institucional de três maneiras: a partir da listagem de suas exclusões/inclusões instituídas pelos cidadãos (não podem participar da Assembléia ou dos tribunais, não podem ter propriedade de terra, devem pagar um imposto especial, podem participar de determinados rituais religiosos, podem pagar liturgias etc.); também aparecem na sua inserção na vida econômica da cidade, que não é problematizada pelos autores; e, mais marginalmente, a partir da tentativa de burlar as imposições institucionais. Neste ponto, os autores trazem elementos importantes para uma pesquisa sobre a dimensão propriamente política dos não-cidadãos: o que significavam estas tentativas de infiltração na Assembléia? Os metecos e escravos não eram simplesmente objetos da regulação institucional – como então contar a história de Atenas por meio de sua organização institucional, sem analisar a efetividade das instituições na prática social? Como o próprio autor afirma, raramente a Assembléia era composta apenas por cidadãos, ou seja, raramente a Assembléia funcionava como deveria funcionar: neste sentido, a história da *polis* ateniense pode se limitar à descrição do (raro) funcionamento institucional? O modelo da cidade institucional, ainda que ciosamente exclua os metecos da vida política ateniense, seguindo os regimentos, acaba por indicar, até pela própria existência da proibição, uma dimensão propriamente política da sociabilidade dos metecos atenienses.

f) Cidade filosófico-existencial

O modelo da cidade filosófico-existencial se caracteriza por, num projeto consciente de analisar as raízes do Ocidente, buscar uma explicação da originalidade grega na invenção da liberdade, da filosofia e da política, sem recorrer ao “milagre grego”: o modelo propõe que o surgimento da *polis* teria criado um modo de ser específico, centrado na publicidade e laicidade da vida coletiva e na indissociação entre Estado e sociedade. O foco das análises é a história de

Atenas, entendida como modelo por excelência de *polis* grega; podem-se integrar neste modelo duas linhas, a francesa e a alemã. Na primeira, destaca-se J.-P. Vernant (1972), que bastante influenciado por seu professor L. Gernet (1968) e pelos debates entre marxismo, estruturalismo e psicologia social da França na segunda metade do século XX, propõe explicações totalizantes que integrassem a emergência do direito, da filosofia e da política grega a partir da história social da *polis* – a existência de uma classe média teria tornado possível um equilíbrio social, base da existência da *polis*. Na linha alemã, destaca-se Ch. Meier (1995), que, escrevendo no último quarto do século XX, realiza um debate com as teorias neoliberais e de crise do Estado-nação afirmando que, ao contrário do mundo moderno, na Grécia Antiga existia uma dimensão da vida, o “político”, que era autônoma em relação às outras dimensões sociais a ponto de não ser por elas determinado: a política era um “fim em si mesmo”, o que garantiria, por meio da criação de uma identidade cívica plena, o exercício da liberdade coletiva – esta situação existencial do cidadão grego deu origem a uma nova concepção do tempo e do mundo, originando tanto a História quanto a Filosofia.

A história da *polis*, dentro deste modelo, é, portanto, a história dos cidadãos que exercem seus direitos políticos no espaço público da cidade, situação que trouxe os novos modos de ser no (e de pensar o) mundo. Qual o lugar dos metecos? Na medida em que o meteco não compartilha desta existência política, os metecos não fazem parte da *polis* para além de base econômica. Em J.-P. Vernant os metecos não são citados nenhuma vez em todo o livro, enquanto os não-cidadãos em geral são citados apenas em uma nota, ressaltando que “a igualdade [dos cidadãos] se esboça num fundo de desigualdade” (Vernant 1970: 47, n. 9).

O modelo da cidade filosófico-existencial, francesa e alemã, ao restringir a *polis* à comunidade de cidadãos, coloca os não-cidadãos em geral e os estrangeiros em particular em uma dimensão não-política, a saber, o mundo

econômico. Mas fica a questão: o “universo espiritual” da *polis* (Vernant) ou o “modo político de ser” (Meier), que ultrapassam os aspectos institucionais da *polis*, não ultrapassariam também os limites estamentais da cidadania institucional? Não estariam também os não-cidadãos imersos também neste “universo espiritual”? Se sim, abre-se um imenso campo de pesquisa sobre as formas de ação política, possíveis e efetivas dos não-cidadãos. Se não, fica a lacuna sobre o modo de articulação entre o “mundo político” e o “mundo econômico”, supondo-se que este realmente existiu de modo autônomo, questão que os autores do modelo não se fazem.

3. Modelos alternativos recentes

A partir da década de 90 começaram a surgir alguns modelos de cidade alternativos à “*polis* como comunidade e/ou Estado dos cidadãos”, que buscam dar conta especialmente das questões de integração e sociabilidade que existiam entre os *habitantes* de Atenas, cidadãos e não-cidadãos. As tentativas de revisão de dois autores serão discutidas: a primeira, do historiador estadunidense Josiah Ober, procura relacionar, a partir de uma interpretação liberal (baseada no teórico John Rawls), uma “político-*polis*”, restrita aos cidadãos, com uma “geo-*polis*”, que incluiria os habitantes de Atenas; a segunda, da historiadora brasileira Marta M. de Andrade, parte da construção de uma noção historicamente constituída de “cotidiano ateniense” (*kath’oikian*, vida comum ou doméstica) para uma história dos habitantes atenienses que ultrapassasse os controles ideológicos sobre as sociabilidades espaciais dos não-cidadãos.

A primeira revisão analisada nasceu do debate entre o historiador estadunidense J. Ober e o historiador dinamarquês M. Hansen, acima citado, a respeito das relações entre Estado e Sociedade na Atenas Clássica e suas derivações conceituais. No texto *The polis as a society: Aristotle, John Rawls, and the Athenian social contract* (1996: 161-87), J. Ober se opõe à abordagem institucional de M. Hansen, propondo

uma leitura que reúna, sob o conceito de *polis*, os dois significados de “sociedade como um todo”, chamada pelo autor de *geo-polis*, e de “comunidade dos cidadãos”, a *político-polis* (p. 167): esta duplicidade tanto abriria um modo de se pensar a *polis* em seu significado social, quanto ampliaria o estudo da política, não mais restrita às instituições, na direção da ideologia e da prática democrática.

Como se relacionam a *político-polis* e a *geo-polis* em J. Ober? Ao contrário de Hansen, o autor interpreta o termo *politeia* em Aristóteles não do ponto de vista institucional, mas do ponto de vista sócio-contratual: para que as instituições funcionem, é preciso que os cidadãos e os não-cidadãos concordem, voluntariamente, em viver sob estas instituições (p. 175). A partir disto, e apoiando-se num paralelo entre Aristóteles e um teórico liberal do século XX, John Rawls, o autor afirma que, na “melhor das *poleis*”, existiria um contrato social que garantiria, por meio das instituições, a liberdade política, a (aceitável e desejável) desigualdade econômica e a igualdade de oportunidades. Este arranjo era possível, em Atenas, devido à articulação específica entre a dimensão pública e a dimensão privada da vida: enquanto a primeira era formalmente restrita aos cidadãos, a segunda, que englobava não só a casa, mas também a vida econômica, a educação, a religião etc., era aberta aos habitantes da *polis*, cidadãos e não-cidadãos – a democracia ateniense seria estável, para o autor, 1) por garantir a liberdade política dos cidadãos, ricos ou pobres, e 2) por manter a desigualdade social em níveis aceitáveis, por meio da defesa da propriedade privada ao lado de medidas de redistribuição de riqueza, como liturgias, distribuição de trigo, festivais etc. (pp. 178-85).

No entanto, ainda fica a questão da relação entre a *político-polis* e a *geo-polis*, pois, se a garantia da estabilidade reside na conjugação da desigualdade econômica com a liberdade política, como se enquadram aqueles que são desiguais economicamente e que não têm liberdade política, ou seja, os não-cidadãos? Alguns caminhos são indicados: “Certas práticas e alterações do quarto

século no procedimento legal podem ser lidas como a (tentativa e condicional) extensão de algumas liberdades básicas para alguns não-cidadãos” (p. 186, tradução minha), mas o próprio autor reconhece o quão vagas são estas indicações. Diante deste impasse, conclui que toda sua elaboração funcionalista e contratualista aborda apenas alguns aspectos da sociedade, mas que não pode oferecer “uma completa e satisfatória explanação do fenômeno da *polis*” – e termina, nas últimas linhas, por questionar (talvez não conscientemente) o próprio modelo: “Depois de pesar a sociedade ateniense nas escalas de justiça social, nós podemos ainda desejar celebrar os ideais da cidadania democrática e participativa; mas nós nos lembraremos das profundas e resistentes injustiças que caracterizaram mesmo a melhor das *poleis*” (p. 187, tradução minha). De qualquer maneira, J. Ober, na crítica à restrição da *polis* ao seu sentido estatal, institucional, contribui fortemente para uma reavaliação do conceito de *polis*.

Uma abordagem que não entra, ao menos diretamente, no debate Hansen-Ober, mas que contribui fortemente para um estudo da *polis* enquanto sociedade é apresentada no livro da historiadora brasileira M. de Andrade, *A vida comum: espaço, cotidiano e cidade na Atenas Clássica* (2002). Voltando-se para a história dos não-cidadãos da *polis* ateniense, em particular as mulheres, a autora constrói um modelo baseado na idéia de “vida cotidiana” como dimensão historicamente específica da vida social ateniense, e que conteria, não “cidadãos”, mas “habitantes” da *polis*, especialmente no espaço urbano (fundamento da cotidianidade, no caso), onde as distinções estamentais (cidadãos/não-cidadãos) seriam postas em questão, para além das representações pacificadas destas relações na ideologia cívica. A “*polis* dos cidadãos”, ou melhor, os modelos de cidade elaborados a partir do corpo cívico (especialmente Aristófanes e Platão), tomados como representações, são entendidos aqui no contexto de uma tentativa de controle deste espaço social cotidianamente

apropriado pelos habitantes: daí a interpretação da comédia de Aristófanes e da teoria política de Platão, Xenofonte e Aristóteles, como propostas de identificação do espaço cívico com o espaço habitado, propostas estas que são indícios, para a autora, de que “as fórmulas anteriores, o discurso cívico, a perfeita identificação da comunidade política com o espaço da cidade [...] estavam perdendo a capacidade de equilibrar o privilégio da cidadania com as prerrogativas cotidianas dos cidadãos, nas interações sociais comuns” (p. 231). Esta crise, que, ressalta a autora, não é a “crise da *polis*”, mas dos “modelos de ação coletiva fundados na cidadania como privilégio sobre a apropriação do espaço habitado” (p. 235), teve como manifestação a “estilização” e “politização” da vida cotidiana: na medida em que os cidadãos tiveram seus privilégios ameaçados no espaço da vida cotidiana, este último se tornou o palco de negociações e projetos de controle (presentes na comédia, na teoria política, na cerâmica etc.).

Com o estudo de M. de Andrade, pode-se dizer, está aberto um caminho para uma história do cotidiano na Atenas Clássica focando os habitantes e a cidade habitada, ultrapassando assim a barreira da *polis* dos cidadãos. Entretanto, esta *polis* aparece em todo o texto apenas como representação, como modelo, ideologia, projeto de controle: a materialidade da *polis* dos cidadãos, ou seja, os aspectos institucionais de regulação não apenas no campo das representações, mas também no campo das práticas, ou está ausente, ou aparece como pressuposto, mas mesmo assim não são desenvolvidos juntamente com os outros aspectos analisados. Pode-se entender esta ausência na medida em que a autora se debruça sobre as “representações de espaço e cotidiano”, e deste modo, mesmo a *polis* enquanto instituição aparece apenas no campo das representações; de qualquer modo, fica a questão sobre as possibilidades de uma história da vida cotidiana (especialmente concebida) como independente dos aspectos institucionais objetivos (e subjetivados) da *polis* dos cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. M. de. A Vida comum – espaço, cotidiano e cidade na Atenas Clássica. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- CLERC, M. A. E. A. Les Métèques athéniens: étude sur la condition légale, la situation morale et le rôle social et économique des étrangers domiciliés à Athènes. Paris: Thorin & fils, 1893.
- COHEN, E. E. The Athenian Nation. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- FINLEY, M. I. Política no Mundo Antigo. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- FINLEY, M. I. A Economia Antiga. 2ª edição, Porto: Afrontamento, 1986.
- FUSTEL DE COULANGES, N. D. A cidade antiga. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- GERNET, L. Anthropologie de la Grèce Ancienne. Paris: Maspero, 1968.
- GLOTZ, G. A cidade grega. Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.
- GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. Politeia, 3: 41-61, 2003.
- GUARINELLO, N. L. História científica, história contemporânea e história cotidiana. Revista Brasileira de História, 24 (48): 13-38, 2004.
- HANSEN, M.H. The Sovereignty of the People's Court in Athens in the Fourth Century BC and the Public Action against Unconstitutional Proposals, Odense, 1974.
- HANSEN, M.H. La démocratie athénienne à l'époque de Démosthène: structure, principes et idéologie. Paris: Les Belles Lettres, 1993.
- HANSEN, M.H. Polis and City-State: an ancient concept and its modern equivalent. Copenhagen: Munksgaard, 1998.
- HANSEN, M.H.; NIELSEN, Th.H. An inventory of archaic and classical poleis. Oxford / New York: Oxford University Press, 2004.
- HORDEN, P.; PURCELL, N. The Corrupting Sea: a study of Mediterranean history. Oxford/Massachusetts, Blackwell Publishers, 2000.
- MEIER, Ch. La naissance du politique. Paris: Gallimard, 1995.
- MEYER, E. El historiador y la Historia antigua: estúdios sobre la teoría de la Historia y la Historia económica y política de la Antigüedad. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1955.
- MURRAY, O. Cities of Reason. In: Murray, O.; Price, S. (Eds.). The Greek City: from Homer to Alexander. Oxford, Clarendon Press: 1-25, 1990.
- OBBER, J. The Athenian Revolution: essays on Ancient Greek democracy and political theory. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- POLIGNAC, F. De. La naissance de la cité grecque: cultes, espace et société VIII^e-VII^e siècles avant J.-C. Paris: La Découverte, 1984.

- ROSTOVTZEFF, M. História da Grécia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- STE. CROIX, G.E.M. de. The Class Struggle in the Ancient Greek World: from the Archaic Age to the Arab Conquests. London: Duckworth, 1981.
- TRABULSI, J.A.D. Uma cidade de participação controlada: a 'cidade grega' segundo os positivistas. In: Benoit, H.; FUNARI, P.P.A. (Orgs.) Ética e Política no Mundo Antigo. Campinas, IFCH-Unicamp/FAPESP: 63-92, 2001.
- UTCHENKO, S. Classes e estrutura de classes na sociedade escravista antiga. In: Pinsky, J. (Org.) Modos de produção na antiguidade. 2ª ed. Rio de Janeiro, Global Editora: 157-68, 1984.
- VERNANT, J. P. As origens do pensamento grego. Rio de Janeiro: DIFEL, 1972.
- VLASSOPOULOS, K. Unthinking the Greek Polis: Ancient Greek History beyond the Eurocentrism. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- WALLERSTEIN, I. The Modern World-System, vol. I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. New York/London: Academic Press, 1974.
- WEBER, M. Economia e Sociedade (2 volumes). Brasília/São Paulo: EdUnB/Imprensa Oficial, 1999.
- WHITEHEAD, D. The ideology of the Athenian Metic. Cambridge: The Cambridge Philological Society (Supplementary Volume no. 4), 1977.
- WILL, E. Trois quarts de siècle de recherches sur l'économie grecque antique. Annales ESC, 9 (1): 7-22, 1954
- WOOD, E.M. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

Recebido em Novembro de 2008.

Aprovado em Dezembro de 2009.

